

HABEAS CORPUS Nº 422.494 - MG (2017/0280157-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : AVAIDES VIEIRA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, impetrado em benefício de AVAIDES VIEIRA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do Agravo em Execução n. 1.0035.14.004066-4/003.

Extraí-se dos autos que o Juízo da Execução indeferiu o pleito da Defesa no sentido de se considerar como tempo cumprido de pena o período em que esteve em regime aberto, nos seguintes termos: "*Indefiro o requerimento formulado às fls. 171/172v, haja vista que o reeducando deixou de cumprir as condições impostas no regime aberto, tendo sido, inclusive, reconhecida a prática de falta grave*" (fl. 44).

No presente *writ*, a impetrante sustenta a ausência de fundamento legal para desconsiderar como pena efetivamente cumprida o tempo em que o paciente permaneceu em regime aberto.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja considerado como pena efetivamente cumprida o tempo em que esteve no regime aberto.

O Ministério Público Federal opinou "*pela concessão da ordem para determinar que seja considerado o tempo em que o paciente permaneceu em regime aberto como pena cumprida*" (fls. 88/92).

É o relatório.

Decido.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se, na presente impetração, seja considerado como pena efetivamente cumprida o tempo em que o paciente esteve em condição irregular no regime aberto.

O Tribunal de Justiça estadual manteve a decisão do Juízo da Execução sob a seguinte fundamentação:

Ao contrário do que quer crer a defesa ao afirmar que a morosidade da Justiça não pode prejudicar o agravante, não obstante o transcurso de mais de 09 (nove) meses entre o dia 1º de maio de 2015 (data em que o sentenciado teria descumprido uma das condições do regime aberto, se ausentando de sua residência em dia de feriado nacional) e o dia 22 de fevereiro de 2016 (data da decisão que reconheceu a prática da falta grave, regredindo o agente para o regime fechado), certo é que durante todo esse período, o sentenciado continuou descumprindo as regras do regime aberto, não comprovando nos autos a prática de trabalho lícito e remunerado, de forma que, impossível se falar em pena cumprida, já que esta pressupõe o cumprimento de todas as condições fixadas, o que não ocorreu no caso posto à análise.

Entendimento em contrário viola o princípio constitucional da isonomia, permitindo a alguns o não cumprimento de pena e, a outros sentenciados, a imposição de efetiva execução da reprimenda.

Amparado em tais considerações, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo na íntegra a decisão que desconsiderou o lapso decorrido entre 1º de maio de 2015 a 22 de fevereiro de 2016 como de pena efetivamente cumprida (fls. 67/68).

Sobre o tema, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que o período em que o condenado cumpriu pena em regime irregular, como no presente caso em que o paciente descumpriu as condições impostas no regime aberto, há de ser considerado como pena efetivamente cumprida. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DE VAGAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DEFERIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR. DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES IMPOSTAS. CASSAÇÃO DO BENEFÍCIO E DESCONSIDERAÇÃO DA PENA CUMPRIDA NESSE REGIME. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

1. "Não evidenciado que a prisão domiciliar tenha sido revogada durante o seu regular cumprimento, é descabido o efeito retroativo da decisão que anulou o referido benefício, com fundamento na prática de falta grave pelo paciente, e a desconsideração do tempo de pena já cumprido" (HC--23579/MG, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ de

10.3.03).

2. No caso presente, houve a cassação do benefício da prisão domiciliar e a desconsideração da pena efetivamente cumprida nessa condição, em razão da notícia de que o paciente não estava cumprindo uma das condições impostas.

3. Não se pode afastar que a prisão domiciliar é espécie de prisão e, como tal, o tempo em que o apenado nela permanece deve ser efetivamente computado, tal qual ocorre nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

4. **"Ainda que a progressão seja anulada, o período que o condenado cumpriu em regime irregular é pena efetivamente cumprida"** (HC-44.873/GO, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 6.11.06).

5. Ordem concedida, com o intuito de cassar a decisão que determinou fosse desconsiderado o tempo de pena em que o paciente permaneceu em prisão domiciliar (HC 131.845/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 05/04/2010)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME ILEGALMENTE CONCEDIDA. ANULAÇÃO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. INDEVIDA DESCONSIDERAÇÃO DO PERÍODO DA PENA CUMPRIDO IRREGULARMENTE. ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. RECONHECIMENTO. EM AGRAVO EM EXECUÇÃO INTERPOSTO PELA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Ainda que a progressão seja anulada, o período que o condenado cumpriu em regime irregular é pena efetivamente cumprida.**

2. Se o Juízo da Execução não revogou a progressão de regime por descumprimento das condições impostas, não cabe ao Tribunal reconhecer, em recurso de agravo em execução exclusivo da Defesa, a inobservância das condições estabelecidas.

3. Ordem concedida (HC 44.873/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06/11/2006, p. 347)

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, tão somente para determinar que o Juízo da Execução considere o período em que o paciente esteve em regime aberto como pena efetivamente cumprida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

